



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

ABRIL

Nº 425

OS GRUPOS DE COMBATE NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Breve abordagem, recebida do Cel Inf EM Veterano Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

O conceito de grupo de combate (GC) surgiu no Exército Francês durante a I Guerra Mundial. Foi adotado no Exército Brasileiro com a vinda da Missão Militar Francesa.

Antes disso, desde a reorganização do EB de 1888, as Companhias de Infantaria passaram a ser subdivididas em três pelotões, e estes em duas seções, comandadas por sargentos. Mas a seção não se parecia em nada com os GC criados mais tarde pelos franceses. A seção de infantaria era apenas uma subdivisão do pelotão para efeito de controle do pessoal ou para emprego em uma missão específica, como uma patrulha, um posto de segurança, etc. A seção nem tinha um Sgt comandante permanente; o Sgt era designado para cumprir uma missão. A seção de Inf do século XIX e começo do século XX não era dotada de arma automática e não tinha capacidade de manobra.

O GC, criado pelos franceses foi extremamente inovador. Cada CG tinha uma arma automática (fuzil-metralhador, FM), uma esquadra de volteadores, encarregada de manobrar contra o inimigo, sob a proteção do fogo do FM, e ainda tinha um fuzil lançador de granada de bocal, que é uma arma de trajetória curva.

Até a vinda da MMF as poucas metralhadoras de uma Divisão de Infantaria ficavam concentradas em companhias de metralhadoras, que eram subordinadas aos Comandantes das Brigadas. O Regimento de Infantaria não dispunha de armas automáticas.

A reorganização promovida pela MMF distribuiu armas automáticas por todos os escalões do RI. Uma Cia Mtr pesadas regimental, um Pel Mtr leves em cada um dos três batalhões do RI, e um FM em cada GC das Cia de Fuzileiros (Cia Fuz).

Se antes da MMF nem os coronéis Cmt RI tinham metralhadoras sob seu controle, com a reforma de 1921, até os 3º Sgt passavam a dispor de uma arma automática sob seu controle. Os americanos adotaram o GC francês na I GM. Penso que a organização do GC norte-americano da II GM era um pouco menor que a original francesa e que era de 12 homens.

Uma boa referência é o livro "A Invenção da Guerra Moderna" de Michel Goya, publicado pela BIBLIEx. Sobre a composição do GC trazido pela MMF, envio em anexo uma página do Regulamento para os Exercícios e Combate da Infantaria (RECI), de 1921. Um texto muito bom sobre a inovação dos GC durante a I GM é o Capítulo 2 do livro "On Infantry", de John English e Bruce Gudmundsson (disponível na Amazon).

7

MAPPA com a fixação do enquadramento, effectivo normal, organização, especialidades eventuaes de cada homem no grupo de combate e o respectivo armamento

GRADUAÇÕES	ARMAMENTO	Sargentos			OBSERVAÇÕES
		Cabos	Soldados		
Sargento commandante do grupo.....	Fuzil.....	1			
Cabo	Fuzil.....	1..			Esquadra n. 1 (serviço da arma automática).
1º Muniador.....	Mosquetão.....	1			
Fuzileiro-metralhador...	Pistola.....	1			
2º Muniador	Fuzil.....	1			
Muniadores auxiliares.	Fuzil	3			
Cabo	Fuzil.....	1..			Esquadra n. 2 (protecção da arma automática).
Granadeiro lançador (*)	Mosquetão.....	1			
Volteadores.....	Fuzil	4			
Granadeiro atirador (*)..	Fuzil e bocal V. B.....	1			
Total maximo.....		1	212		

(*) Podem ser simples volteadores, provisoriamente.

O PELOTÃO E A COMPANHIA

Do exposto se conclue que *não existe mais o atirador isolado*, pois que, no grupo de combate, cada soldado tem um dever particular a cumprir para com a arma automática. E' obvio que será sempre possivel formar partidas de gra-

INTRODUÇÃO

Dois anos depois da revolta dos 18 do Forte de Copacabana, revolucionários tenentistas paulistas, persistindo as mesmas motivações, decidiram “pegar em armas” e lutar contra o governo Artur Bernardes. Na obra O EXÉRCITO REPUBLICANO, de 2022, os autores apresentam um resumo consistente do que foi e como foram as ações iniciadas em São Paulo capital e como se alastraram para o Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Vejamos o preâmbulo desta parte da obra (transcrição).

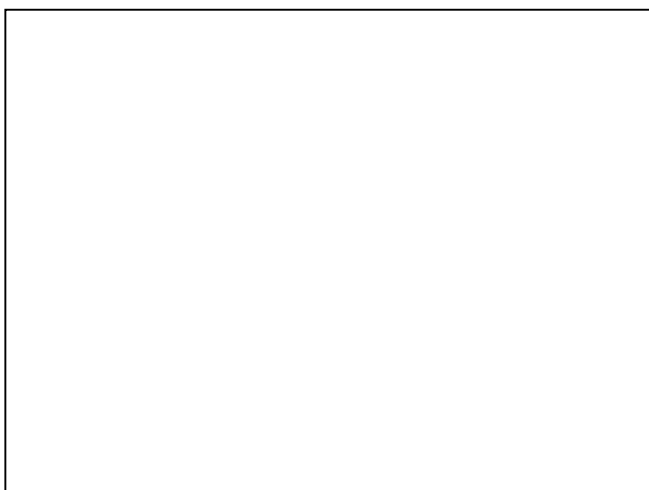
Revolucionários, de novo, em armas

Muito embora alguns historiadores queiram negar uma identidade de propósitos entre a Revolta de 1924 e a de 1922, parece claro que os dois 5 de julho têm muito mais em comum do que a simples participação de oficiais do Exército. O movimento revolucionário que irrompeu em São Paulo na madrugada de 05 Jul 1924 procurou, até na data, mostrar coincidência de objetivos com a revolta de 1922. Esta, teve como foco a candidatura e a eleição de Artur Bernardes. Aquela, a atuação de Bernardes na presidência, sem dúvida um dos políticos mais discutidos e combatidos do Brasil. Ele foi Presidente da República entre 15 Nov 1922 e 15 Nov 1926. Esta revolta é também conhecida por a “Revolta de Isidoro” (alusão ao General Isidoro Dias Lopes, um dos líderes da revolta). Desdobrou-se (a revolta) de 1924 em duas fases. Na primeira, os revolucionários ocuparam a capital e algumas cidades de São Paulo, com a participação de muitos que planejaram e executaram os levantes de 1922 em Copacabana e na Vila Militar. Na segunda, uniram-se sediciosos paulistas e gaúchos para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes que durante mais de dois anos varou o Brasil pelo sertão (MUXFELDT; GIORGIS, 2022, p. 278, apud BIBLIEx, O Exército na História do Brasil, 1998).

Do lado revoltoso destacaram-se – inicialmente, pelo menos, nomes como Isidoro Dias Lopes (general reformado), Nilo Peçanha, Joaquim Távora, Miguel Costa, Odílio Bacelar, Augusto Ximeno de Villeroy, Paulo de Oliveira, José Eduardo de Macedo Soares, João Francisco Pereira de Souza, Filinto Strubing Müller, Custódio de Oliveira, Eduardo Gomes, Henrique Ricardo Hall, Orlando Leite Ribeiro, Juarez Távora, Thales do Prado Marcondes, Ary Fonseca Cruz, João Cabanas, Índio do Brasil, Luiz de Castro Afilhado, Anésia Pinheiro Machado, Sinhá Cruz e Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, entre outros.

Do lado legalista, entre outros: Abílio de Noronha, Grimualdo Teixeira Favilla, Carlos de Campos (Presidente de SP), Martim Francisco Cruz, Domingos Quirino Ferreira, Nataniel Prado, Marcílio Franco, Adalberto Diniz, Joaquim Anatócles da Silva Ferreira, Benjamin Sodrê, Eduardo Sócrates, Estanislau Pamplona, Carlos Arlindo, Vitorino Luís Fabiano, Tertuliano de Albuquerque Potiguara, Pantaleão Teles Ferreira e João Gomes Ribeiro.

O TENENTE JOÃO CABANAS, DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO, E A COLUNA DA MORTE



João Cabanas era paulistano, nascido em 23 de junho de 1895. Faleceu em 27 de janeiro de 1974 na capital paulista, com 79 anos. Era de origem espanhola, filho dos imigrantes Artur Cabanas e Maria Cabanas. Formado em Direito, era também oficial formado pela Escola de Oficiais da Força Pública de São Paulo.

A Revolta de 1924 contra o governo Artur Bernardes contou com a adesão de Cabanas. Sua primeira missão, na madrugada de 5 de julho, foi tomar, manter e controlar a Estação da Luz, importante ponto sensível da capital, e onde as tropas federais tinham, obrigatoriamente, de passar. A missão de Cabanas durou quatro dias e ele contava somente com 15 homens. Em seguida, essa tropa ocupou o Palácio do Governo do Estado de São Paulo.

No prosseguimento do conflito, já pelo interior de SP, o Tenente Cabanas comandou a chamada “Coluna da Morte”, que alcançou notoriedade e medo por onde passava. No interior do Paraná, continuou ele na sua senda de feitos heroicos e violências. Em Catanduvas, atuou forte e decisivamente contra as tropas legais. A

coluna revoltosa do Major Miguel Costa contou com a cobertura da “Coluna da Morte” de Cabanas até a região de Guaíra. Ferido nesses combates, exilou-se no Uruguai e, na Argentina, em Posadas onde, internado, pode tratar da sua saúde. Após a junção da coluna Miguel Costa com as tropas revoltosas do Capitão Luiz Carlos Prestes em Foz do Iguaçu, formou-se a Coluna Miguel Costa-Prestes, que vagou pelo Brasil inteiro durante mais de dois anos. Mas Cabanas já não participou desta fase.

Anistiado em função da Revolução de 1930, Cabanas participou ativamente a favor da mesma, juntamente com outros tenentes. Conforme o CPDOC/FGV, neste mesmo ano ele foi enviado pelo governo Getúlio Vargas à Europa em uma comissão de estudos de economia política. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo permaneceu nessa missão na Europa. Retornou em 1933 e, já no ano seguinte, participou de ações isoladas contra os integralistas que desfilavam uniformizados pelas ruas do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Eram personagens como Agildo Barata, Nemo Canabarro Lucas e José Augusto de Medeiros.

Em seguida, voltou-se contra o governo Vargas e, já no posto de Tenente-Coronel da FPSP (março de 1935), assinou juntamente com Herculino Cascardo, Roberto Sisson, Trifino Correia, Moésia Rolim, Henrique Cordeiro Oest, Abguar Bastos, Francisco Mangabeira, Benjamim Cabello e outros, a ata de fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política de âmbito nacional que reuniu representantes de diferentes correntes políticas – socialistas, comunistas, católicos e democratas – e de diferentes setores sociais – proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares – todos atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria.

Cabanas passou para a reserva da FPSP em 1935.

Com a proscrição da ANL, decretada em 11 de julho, esteve preso em Natal. Em 1937, não apoiou o golpe de Vargas, que implantou o Estado Novo (1937-1945). De 1949 a 1950, durante o governo Dutra, integrou o conselho consultivo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), associação civil fundada em abril de 1948 com o objetivo de promover uma

“larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando a congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal” (CPDOC/FGV).

Mas em 1950 Cabanas apoiou a candidatura de Vargas à presidência da República e candidatou-se à Câmara dos Deputados na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Vargas foi eleito e Cabanas obteve a terceira suplência do seu partido. Exerceu o mandato de abril de 1953 a agosto de 1954 e voltou a se candidatar em outubro desse ano. Eleito novamente suplente, não chegou a assumir o mandato.

Em 1968 foi admitido na Maçonaria. Faleceu na cidade de São Paulo em janeiro de 1974.

Cabanas deixou uma obra que se tornou um clássico da literatura no campo das suas memórias. Já com diversas edições, o livro (capa ao lado) revela muitíssimas experiências de combate no tipo de guerra irregular e assimétrica. Além desta obra, publicou também o livro intitulado “Os fariseus da revolução” (Freitas Bastos, 1932).

O conteúdo de “A Coluna da Morte” é uma excelente fonte de informações sobre o que aconteceu na fase paulista e paranaense da Revolta de 1924 em São Paulo, a junção das duas colunas revolucionárias em Foz do Iguaçu e o início da famosa Coluna Miguel Costa-Prestes.

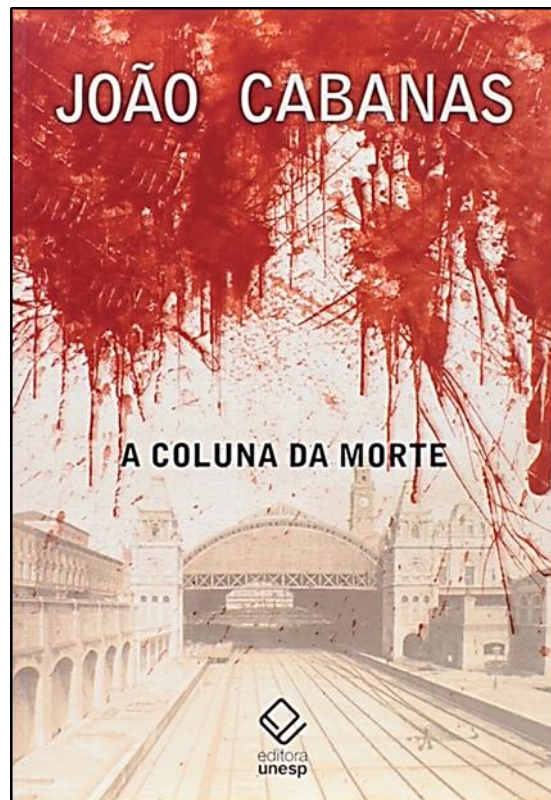
Finalmente, Cabanas não pode ser encarado com um terrorista, bandido ou criminoso. Pelo contrário, era um homem justo, nacionalista extremado, corajoso, voluntarioso e dotado de um excelente espírito militar.

Referências:

CABANAS, João. A Coluna da Morte. São Paulo: Unesp, 2014.

CPDOC/FGV. João Cabanas. Acesso em março de 2023.

MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Exército Republicano. Porto Alegre: Renascença, 2022.



DECISÕES DE CARÁTER MORAL II

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva⁽¹⁾

Brasília, 05 de março de 2023

Como foi mencionado no texto anterior - Decisões de Caráter Moral I – os militares nos EUA podem ser chamados ao Congresso para apresentar sua própria opinião sobre temas relevantes afetos à segurança e à defesa daquele país.

Quanto à participação do Congresso Nacional nos assuntos de segurança e defesa, segue um extrato do artigo **“Apreciação da Política e da Estratégia Nacional de Defesa sob a ótica das tendências globais para as próximas duas décadas e de seus reflexos para a defesa nacional”**, de minha autoria, com algumas atualizações.

[Início de Transcrição]: os representantes da Nação estão no Congresso Nacional onde existem, em cada Casa, uma Comissão para tratar de temas de Relações Exteriores, Segurança e Defesa Nacional⁽²⁾. Tramitam sempre no Congresso os projetos de atualização da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, ambas elaboradas no Ministério da Defesa, ouvidas as FFAA. São fruto de trabalho em conjunto interforças com o Ministério da Defesa, mas deveria haver maior participação de estudiosos civis e de militares da reserva. Os textos finais, em função das estruturas hierarquizadas, refletem a ideia do decisor em cada escalão e ela pode não ser a melhor. É aí que entrariam as duas Comissões. Ao apreciar os projetos mencionados (e outros assuntos relevantes de defesa), elas deveriam ouvir civis estudiosos e militares da reserva em audiências públicas, mas, em audiências reservadas (com protocolos de confidencialidade assinados pelos participantes) alguns altos chefes militares, que teriam o compromisso de emitir sua própria opinião (a exemplo do que é feito nos EUA). Afinal, é um desperdício não conhecer o pensamento pessoal de profissionais em quem a Nação investiu mais de trinta anos em preparação contínua. Assuntos de tamanha relevância não devem ficar subordinados a imposições restritivas calcadas no conceito retrógrado de disciplina intelectual ⁽³⁾. Tal procedimento deveria ser comum a qualquer projeto ou assunto de defesa externa ou interna ⁽⁴⁾, cuja tramitação fosse do interesse do Congresso (ou

outros temas controversos, cujas consequências possam ser relevantes), pois nele está, em última instância, a própria Nação e seu povo. De posse de depoimentos talvez contraditórios, as Comissões enviariam os questionamentos, reconhecidamente significativos, aos ministros pertinentes, particularmente o da Defesa, solicitando a resposta por escrito ou a presença para explicar e ou defender a posição do ministério em audiência reservada, se necessário sigilo. Em síntese, os chefes militares falariam ao povo brasileiro, por intermédio de seus representantes **[Final de Transcrição]**.

As opiniões dos militares ouvidos não seriam publicizadas fora da audiência, para preservá-los contra eventuais perseguições. Planos de Campanha e temas “Secretos” não seriam tratados nas audiências.

Seguem pautas que mereceriam a atenção das Comissões, havendo outras não listadas.

- Questões afetas à soberania na Amazônia.
- Criação de uma Guarda Nacional e a desmilitarização das PM.
- PEC de mudança do artigo nº 142 da Constituição Federal.
- Indigência militar do Brasil.
- FFAA valorizadas mais pelo emprego em atribuições subsidiárias do que no preparo e adestramento para conflitos armados, com prejuízo do fortalecimento para a guerra.
- Projeto de ingerência política e ideológica nas FFAA, conforme autocrítica do PT, como fator fundamental para tomar o Poder.
- O nível salarial da carreira militar comparado com outras de Estado ou do serviço público.
- Ameaças à democracia, soberania, segurança, defesa nacional externa e interna, que possam comprometer a paz social e a unidade política da Nação.

Na defesa da Pátria e na garantia dos Poderes Constitucionais, da lei e da ordem, as FFAA serão a vanguarda da Nação e são elas que monitoram os cenários para identificar ameaças e oportunidades. Os comandantes das três Forças devem estar no núcleo decisório do governo, junto com o Ministro da Defesa, de modo a serem ouvidos e a participar das decisões relacionadas à segurança e à defesa nacional, independente do setor envolvido. Um Ministro da Defesa civil não tem igual conhecimento e experiência em assuntos de segurança e defesa para assessorar o Presidente no mesmo nível dos chefes militares.

Por outro lado, no Poder Executivo estão o partido do governo e outros aliados, eleitos pela maioria da população, mas eles não representam toda a Nação. Por isso, assuntos relevantes, que possam impactar e comprometer a segurança e a defesa do País, não ficam restritos ao Executivo.

O Congresso Nacional representa toda a Nação, pois nele estão partidos políticos da situação e da oposição. Dessa forma, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e altos chefes militares também devem se reportar ao Congresso Nacional, que será responsável por manter a necessária reserva quanto aos temas tratados com parlamentares das Comissões.

Há uma dificuldade para seguir a sugestão apresentada. Governos de ideologias radicais **de direita ou esquerda**, que pretendam implantar regimes totalitários **de qualquer natureza**, e ou aliados ao **movimento globalista apátrida** não terão a menor afinidade com as FA.

O governo atual é socialista marxista liberticida e aliado ao movimento globalista, assim sendo, haverá um permanente clima de desacordo e desconfiança entre ele e nossas FA, democráticas e patrióticas.

É uma situação real e impossível de disfarçar ou esconder!

(1) Professor emérito e ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, membro da Academia de história Militar Terrestre do Brasil e Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres

(2) Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, no Senado, a Comissão de Relações exteriores, que também trata dos assuntos de defesa.

(3) O pensamento (o intelecto) é livre e é impossível de ser disciplinado. O que precisa ser disciplinada é a ação. Após a decisão do chefe, só resta ao subordinado cumpri-la como determinado, o que não o obriga a mudar de opinião.

(4) Defesa da Pátria é prioritariamente, mas não exclusivamente, em face de ameaças alienígenas, uma vez que situações de grave anormalidade podem comprometer a lei, a ordem, os Poderes Constitucionais, a paz política e social e a unidade política, portanto a democracia e a sobrevivência da Nação. Assim, interessa às Comissões em pauta a franca e livre opinião de chefes militares, pois são as FA que acompanham de perto ameaças de tal natureza e serão empregadas na solução desses conflitos.

AS DIVERSAS MORTES DE SOLANO LOPEZ

Prof. Dr. Vivaldo José Breternitz (*)

A morte de Solano Lopez, aos 42 anos de idade, foi o último grande evento da Guerra do Paraguai. Lopez morreu em 1º de março de 1870, em Cerro Corá quando, em fuga, foi encontrado pelas tropas brasileiras que o perseguiram, sob o comando do General José Antonio Corrêa da Câmara. O local da morte de Lopez fica a cerca de 25 quilômetros de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Cerca de 400 pessoas acompanhavam Lopez: militares, familiares e outros civis; o grupo encontrava-se próximo de um arroio, afluente do rio Aquidabánnigui (Aquidaban, em português). À chegada de nossas tropas, Lopez e alguns de seus soldados tentaram fugir, precipitando os acontecimentos que levaram à sua morte.

A maior parte das narrativas desse evento vem de fontes brasileiras (BARROSO, 1928; DORATIOTO, 2002, por exemplo), que apesar de diferirem em detalhes, apresentam uma visão semelhante: Lopez teria sido acuada por um grupo comandado pelo cabo José Francisco Lacerda (o Chico Diabo, natural de Camaquã), que o teria lanceado no baixo ventre; Lopez seguiu fugindo, desmontou e tentando cruzar o arroio foi instado a render-se pelo General Câmara. Negou-se e quando um dos soldados brasileiros tentou tomar sua espada procurou atingir a esse soldado; nesse momento, outro soldado (ao que consta o gaúcho João Soares, armado com uma carabina Spencer) desferiu-lhe um tiro fatal.



O Cabo Lacerda (de pé, à esquerda)



O General Escobar

O próprio General Câmara apresentou versões ligeiramente diferentes em documentos que redigiu posteriormente. Uma das poucas narrativas paraguaias, vem do Coronel Silvestre Aveiro, que exercera diversas funções junto a Lopez e ao seu exército – foi inclusive seu secretário. Aveiro (1989) narra que Lopez atacara o cabo Lacerda com sua espada, tendo este se esquivado e o lanceado, após o que Lopez e um grupo de paraguaios ficaram frente a frente com os brasileiros, tendo Lopes ordenado aos seus “Maten a esos macacos!”, momento em que Aveiro o convenceu a retirar-se para a mata fechada.

Perseguidos pelos brasileiros, Lopez, Aveiro e alguns outros paraguaios tentaram cruzar o arroio – Lopez não conseguia fazê-lo devido ao seu ferimento, e era alvo do fogo dos brasileiros, quando chegou ao local o General Câmara que ordenou cessar fogo. Aveiro prossegue sua narrativa dizendo que os brasileiros levaram Lopez dali vivo.

Aveiro foi deixado para trás e acabou sendo detido mais tarde; interrogado rapidamente pelo General Câmara, foi enviado ao Rio de Janeiro, onde ficou preso por alguns meses, tendo mais tarde retornado ao Paraguai. Viveu em Assunção até 1919, onde faleceu aos oitenta anos.

Mais recentemente (BAREIRO, 2011) teria encontrado nos arquivos paraguaios um documento que dá uma versão radicalmente diferente dos fatos: o tiro que matou Lopez teria sido desferido por um paraguaio; segundo um documento que teria sido encontrado nos arquivos da Academia Paraguaya de Historia, o general Patrício Escobar teria registrado essa versão.

O general Escobar ingressou no exército paraguaio como soldado, tendo ascendido na hierarquia e atingido o posto de coronel em Cerro Corá, sendo conhecido como um homem sereno e prudente, ao qual se podia confiar missões difíceis. Chegou mais tarde a general e foi

presidente da república entre 1886 e 1890; findo seu mandato, recolheu-se à vida privada, tendo falecido em 1912.

No documento, que teria sido ditado por Escobar a Alejandro Guanes, estão suas memórias da guerra; é dedicado ao escritor e filósofo espanhol Miguel de Unamuno, a quem Escobar se refere como amigo. A narrativa tem pontos de contato com os textos brasileiro e com as palavras de Aveiro, mas difere em alguns pontos cruciais. Segundo Escobar, eram 12:45 quando Lopez foi cercado pelos brasileiros, dentro do arroio; ali teria sido lanceado. Escobar e outro coronel paraguaio, Juan Crisóstomo Centurion estavam ocultos no matagal, nas proximidades, quando ouviram o tiro que matou Lopez. Logo depois que o corpo de Lopez foi levado, Escobar diz ter se juntado a um grupo composto pelo coronel Aveiro, major Eduardo Vera, primeiros tenentes Guillermo González, Solís Riquelme e Ignacio Ibarra e pelo alferes Cândido Silva. O tenente Riquelme carregava um fuzil e teria dito:

“Y cuentave jajuka, porque si no oguerahamo a umi kamba oñembohory hese ha ombohoryka umi gente Paraguaygua pype ha ndo valei upeva, topyta anga ñanendive”

Em português “é melhor que ele tenha sido morto por nós, pois do contrário os negros (brasileiros) o levariam e iriam se divertir às suas custas e de todos os paraguaios”.

Alguns historiadores paraguaios, como Milda Rivarola e César Cristaldo, têm dúvidas acerca da autenticidade do relato, apontando que interesses políticos poderiam ter sido o motivo de sua elaboração. Apontam para um fato que parece lógico: se a versão fosse verídica, as autoridades brasileiras poderiam tê-la utilizado para fins políticos, contribuindo para o processo de “demonização” da figura de Lopez que se seguiu à sua morte e/ou isentando-se da responsabilidade pela morte.

Como frequentemente ocorre no estudo da História, a versão verdadeira talvez nunca seja conhecida...

REFERÊNCIAS

AVEIRO, Silvestre. Memórias militares 1864-1870. Asunción: Comuneros, 1989.

BAREIRO, Luis. Documentos inéditos afirman que al mariscal le ultimó un paraguayo. Asunción: jornal Ultima Hora, edição de 08/11/2011.

BARROSO, Gustavo. A guerra do Lopez. São Paulo: Nacional, 2008.

DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas

“É bem melhor se lançar à luta, mesmo se arriscando ao insucesso do que permanecer na fila dos pobres de espírito e omissos, que não riem, nem choram; não conhecem nem a vitória ou sequer a derrota”

Editor:

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com**

Sites:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com